



Número: **0601071-22.2020.6.16.0199**

Classe: **RECURSO ELEITORAL**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Dr. Rogério de Assis**

Última distribuição : **27/11/2020**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Processo referência: **0600706-80.2020.6.16.0000**

Assuntos: **Propaganda Política - Propaganda Eleitoral, Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Banner/Cartaz/Faixa**

Objeto do processo: **Da decisão proferida nos autos de Representação nº 0601071-22.2020.6.16.0199 e 0600975-07.2020.6.16.0199 que julgou improcedentes os pedidos formulados pelas Coligações Vamos Juntos e Política de Mão Limpa ingressaram com representações em face de Sylvio Monteiro Neto, Leandro José Pazinato Rocha e da Coligação São José Mais Forte, extinguindo o processo com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, I, do CPC. (As Coligações Vamos Juntos e Política de Mão Limpa ingressaram com representações em face de Sylvio Monteiro Neto, Leandro José Pazinato Rocha e da Coligação São José Mais Forte. Aduziram, em síntese, que os representados vêm realizando propaganda eleitoral irregular mediante a fixação de bandeiras da modalidade "wind flag" diretamente no solo, infringindo o artigo 243, VIII, do Código Eleitoral, o artigo 37, § 5º, da Lei das Eleições, e o artigo 20, da Resolução nº 23610/2019, do TSE). RE3**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
POLÍTICA DE MÃO LIMPA 70-AVANTE / 10-REPUBLICANOS / 20-PSC (RECORRENTE)	JOSE AUGUSTO PEDROSO (ADVOGADO) FRANCIANE PIMENTEL FAGUNDES (ADVOGADO) CAMILLA THOMAZIA PEREIRA DA SILVA (ADVOGADO) MAITE CHAVES NAKAD MARREZ (ADVOGADO) PAULO HENRIQUE GOLAMBIUK (ADVOGADO) LUIZ FERNANDO CASAGRANDE PEREIRA (ADVOGADO)
SYLVIO MONTEIRO NETO (RECORRIDO)	MILTON CESAR DA ROCHA (ADVOGADO) MAIRA BIANCA BELEM TOMASONI (ADVOGADO)
LEANDRO JOSE PAZINATTO ROCHA (RECORRIDO)	MILTON CESAR DA ROCHA (ADVOGADO) MAIRA BIANCA BELEM TOMASONI (ADVOGADO)
SÃO JOSÉ MAIS FORTE 45-PSDB / 14-PTB / 27-DC / 36-PTC / 22-PL / 17-PSL / 25-DEM (RECORRIDO)	MILTON CESAR DA ROCHA (ADVOGADO) MAIRA BIANCA BELEM TOMASONI (ADVOGADO)
Procurador Regional Eleitoral1 (FISCAL DA LEI)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
24214 816	02/02/2021 18:41	<a href="#">Decisão</a>	Decisão



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

0601071-22.2020.6.16.0199

RECORRENTE: POLÍTICA DE MÃO LIMPA 70-AVANTE / 10-REPUBLICANOS / 20-PSC

Advogados do(a) RECORRENTE: JOSE AUGUSTO PEDROSO - PR0042986, FRANCIANE PIMENTEL FAGUNDES - PR0076928, CAMILLA THOMAZIA PEREIRA DA SILVA - SC0050045, MAITE CHAVES NAKAD MARREZ - PR0086684, PAULO HENRIQUE GOLAMBIUK - PR0062051, LUIZ FERNANDO CASAGRANDE PEREIRA - PR0022076

RECORRIDO: SYLVIO MONTEIRO NETO, LEANDRO JOSE PAZINATTO ROCHA, SÃO JOSÉ MAIS FORTE 45-PSDB / 14-PTB / 27-DC / 36-PTC / 22-PL / 17-PSL / 25-DEM

Advogados do(a) RECORRIDO: MILTON CESAR DA ROCHA - PR0046984, MAIRA BIANCA BELEM TOMASONI - PR0045149

Advogados do(a) RECORRIDO: MILTON CESAR DA ROCHA - PR0046984, MAIRA BIANCA BELEM TOMASONI - PR0045149

Advogados do(a) RECORRIDO: MILTON CESAR DA ROCHA - PR0046984, MAIRA BIANCA BELEM TOMASONI - PR0045149

RELATÓRIO

Trata-se de recurso interposto pela **Coligação Política de Mão Limpa** em face da sentença proferida pelo Juízo da 199ª Zona Eleitoral de São José dos Pinhais/PR, que julgou improcedente o pedido, deixando de reconhecer como irregular a propaganda em tela.

A Procuradoria Regional Eleitoral apresentou parecer, manifestando-se pelo não conhecimento do recurso, em razão da perda superveniente do interesse recursal (ID 21498666).

Devidamente intimada, a Coligação Recorrente anuiu com o reconhecimento da perda do objeto, expondo seu interesse em desistir da ação, nos termos do art. 485, inciso VI do Código de Processo Civil (ID 21498666).

É o relatório necessário.



**Decido.**

Cinge-se a controvérsia à fixação de bandeiras na modalidade “wind flag”, pleiteando os recorrentes o reconhecimento da irregularidade da propaganda.

Todavia, como a propaganda ora impugnada se refere à eleição já ocorrida em 15 de novembro de 2020, tem-se a inexistência do interesse recursal para a continuidade do feito.

Ademais, anote-se que não há notícias de descumprimento de liminar nos autos, bem como que **a recorrente se manifestou, informando que não há interesse no prosseguimento do recurso** (ID 24149666).

Assim, com esteio no art. 31, inciso II, do Regimento Interno do TRE/PR<sup>[1]</sup> c/c art. 493 e 932, inciso III, ambos do Código de Processo Civil, **NÃO CONHEÇO** do recurso interposto pela **Coligação Política de Mão Limpa**, ante a perda superveniente do interesse recursal.

Publique-se. Intimem-se.

Autorizo a Sra. Secretária Judiciária a assinar os expedientes necessários ao cumprimento desta decisão.

Curitiba, datado e assinado digitalmente.

**ROGÉRIO DE ASSIS**

**Relator**

---

<sup>[1]</sup> Art. 31. O Relator poderá, monocraticamente: [...]II - não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida;

